



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DITEC/PF

MODELO DE PROJETO BÁSICO
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

INEXIGIBILIDADE Nº/2019

(Processo Administrativo n.º 08059.000427/2019-62)

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste processo a distribuição, pela **EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**, da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse do(a) **DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL**, obedecidas às determinações contidas no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 8º, inciso VII, e § 2º, inciso II, da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, na Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, na Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, no Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, no Decreto nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, e nas demais normas complementares específicas, principalmente as diretrizes e orientações técnicas do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Anual
1	Contratação do serviço de distribuição de publicidade legal em jornal de grande circulação com a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC	Anual	1 (um)	R\$ 9.339,96

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.3.1. O prazo de prestação de serviços estipulado em 60 meses ininterruptos permitirá maior

economia para a Diretoria Técnico-Científica, tendo em vista que os procedimentos de contratação e prorrogação contratual demandam a participação de servidores de diferentes áreas administrativas (Setor demandante, Consultoria Jurídica, áreas de licitação e contratos e outros setores), bem como um custo considerável, computando o valor hora/homem desses servidores e demais custos do processo administrativo, tais como com as publicações na imprensa oficial. Nesse mesmo sentido, temos o Anexo IX "DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO" da IN nº 05/2017, que permite a formalização de contrato por prazo indeterminado junto a imprensa nacional. Os serviços prestados pela Imprensa Nacional são similares aos prestados pela EBC, ambos são realizados sob regime de "monopólio". Ainda, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 5º, da Lei nº 6.650/1979, c/c parágrafo primeiro do art. 8º da Lei nº 11.652/2008, compete à EBC, sucessora da RADIOBRÁS, a distribuição da publicidade legal dos órgãos e das entidades da administração pública federal, entendida como tal a publicação de avisos, balanços relatórios e outros a que estejam obrigados por força de lei ou disposição regulamentar ou regimental, a exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União. Nesse sentido, considerando a economia financeira e administrativa, o fato da EBC já trabalhar com o prazo estendido, e principalmente não haver óbice legal, opta-se pela formalização de contrato por 60 (sessenta) meses ininterruptos, sendo que já encontram-se comprovadas a estimativa de consumo, na tabela do subitem 14.1 deste documento, a previsão de recursos orçamentários pelo período definido e a compatibilidade de preços praticados no mercado nos anexos do processo.

1.4. Os preceitos normativos que consubstanciam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no âmbito das contratações pela Administração Pública (IN SLT/MPOG nº 01/2010 c/c Lei nº 13.303/2016, Decreto 7.746/2012 e art. 3º da Lei 8.666/1993) serão observados pelas partes CONTRATANTES de forma que o objeto das relações contratuais entabuladas cause o menor impacto possível sobre recursos naturais; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Projeto Básico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A Contratação do serviço de distribuição de publicidade legal em jornal de grande circulação com a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC, criada pelo Decreto nº 6.246, de 24 de Outubro de 2007, com autorização de constituição prevista na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

3.2. A distribuição da publicidade legal a ser veiculada será feita em nome da EMPRESA, pela Diretoria de Serviço, e a esta deverá ser redigida e encaminhada, pela ADMINISTRAÇÃO, com as respectivas solicitações de veiculação.

3.3. Competirá a ADMINISTRAÇÃO obedecer, quando do encaminhamento, à EMPRESA, do material a ser veiculado, aos seguintes procedimentos e prazos:

3.3.1. O material deverá ser encaminhado à EBC por intermédio do Sistema Portal da Publicidade Legal da EBC: <http://publicidadelegal.ebc.com.br>;

3.3.2. O material para veiculação, cujo teor é de responsabilidade do CONTRATANTE, será remetido à CONTRATADA, em texto definitivo, em cuja feitura serão obedecidas as normas de composição e diagramação estabelecidas no Manual de Uso da Marca do Governo Federal e de Padronização Visual da Publicidade Legal. O respectivo Manual foi recepcionado pela Instrução Normativa SECOM-PR nº 2, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social

da Presidência da República - SECOM, e poderá ser consultado no endereço eletrônico: <http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/publicidade/manual-de-publicidade-legal-empresa-brasil-de-comunicacao-%20ebc/view>. Excepcionalmente, considerando casos eventuais solicitados pelo CONTRATANTE, a critério da Gerência de Publicidade Legal, poderá ser modificado o padrão do referido Manual pela EBC;

3.3.3. A solicitação de veiculação emitida pela CONTRATANTE deverá conter a identificação da autoridade que a subscreve;

3.3.4. O material para veiculação deverá ser remetido via Portal à CONTRATADA, obrigatoriamente até as 12 (doze) horas – horário local de Brasília/DF – do dia útil imediatamente anterior à data estabelecida para a publicação da matéria, exceto quando das seguintes hipóteses:

3.3.4.1. no caso de publicação de balanço, o material para veiculação deverá ser remetido à CONTRATADA com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis à data estabelecida para a publicação da matéria;

3.3.4.2. no caso de veiculação em mídia eletrônica, o material deverá ser remetido à CONTRATADA, obrigatoriamente, obedecendo a seguinte antecedência, conforme horário local de Brasília/DF:

3.3.4.2.1. para rádio: até as 13h (treze) horas do dia útil imediatamente anterior à data estabelecida para veiculação;

3.3.4.2.2. para TV: com antecedência de 05 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores à data estabelecida para veiculação;

3.3.4.2.3. para internet: com antecedência de 02 (dois) dias úteis imediatamente anteriores à data estabelecida para veiculação.

3.3.5. Cabe ao(à) CONTRATANTE definir o veículo de comunicação onde se dará a publicação;

3.3.6. A CONTRATADA disponibilizará, no Portal da Publicidade Legal, planilha de custos e arte final referentes ao material previamente encaminhado. Mediante acesso ao Portal da Publicidade Legal, o CONTRATANTE fará a conferência da planilha de custos e da arte final, autorizando que seja realizada a publicação da matéria no veículo indicado, exceto quando das seguintes hipóteses

3.3.6.1. o(a) CONTRATANTE poderá autorizar previamente as matérias a serem encaminhadas à CONTRATADA por intermédio da Autorização Prévia de Publicação de Matéria Legal;

3.3.6.2. previamente autorizadas, apenas por manifestação expressa do(a) CONTRATANTE será possível a alteração ou cancelamento das publicações;

3.3.6.3. o(a) CONTRATANTE poderá desistir da opção efetuada por intermédio da Autorização Prévia de Publicação de Matéria Legal a qualquer tempo, respeitados, em qualquer caso, os atos já praticados;

3.3.7. A marca do Governo deverá constar do material a ser veiculado pela CONTRATANTE, respeitando-se o respectivo Manual de Uso da Marca do Governo Federal e de Padronização Visual da Publicidade Legal.

3.3.8. O Acesso ao Portal da Publicidade Legal será mediante uso de senha de usuário, previamente cadastrado pela EBC, a qual pode ser contatada pelo fone: (61) 3799-5590 ou pelo correio eletrônico: sepub@ebc.com.br.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra, a ser contratado mediante inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá o estabelecido no item 3 deste Projeto Básico.

5.2. Os serviços serão executados em nome da Diretoria Técnico Científica, estabelecida em SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024-9011, nos dias úteis, de 09h00min as 12h00min e 13h00min as 17h30min, Comissão Permanente de Licitação (CPL) – sala B206.

5.3. O serviço em questão será devidamente acompanhado pelo servidor designado em portaria que atestará a nota fiscal para pagamento pelo setor financeiro, conforme normas da contabilidade pública.

5.4. As despesas decorrentes da execução do serviço correrão à conta da Declaração de Disponibilidade Orçamentária desta Diretoria e estão estimadas em R\$ 9.339,96 (nove mil trezentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos) de acordo com a utilização de anos anteriores.

5.4.1. O valor a ser pago se refere às notas atestadas dos serviços efetivamente prestados.

5.5. O preço do serviço corresponderá ao da Tabela de Preços dos veículos de comunicação. A EBC não pratica preços de distribuição de publicidade legal, fazendo apenas a intermediação técnica entre veículos de comunicação e Órgãos públicos.

5.6. A execução dos serviços será iniciada de de 201...

6. MATERIAIS E FERRAMENTAS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a correta publicação de matérias, em especial:

6.1.1. Canal para inclusão das publicações, pelo sítio eletrônico:
(<http://publicidadelegal.ebc.com.br/ppl/autenticar.do>), disponível durante todo o horário de funcionamento do órgão.

6.1.2. Canal de dúvidas e/ou cancelamento de publicações pelo e-mail (sepub@ebc.com.br).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Encaminhar o material a ser veiculado, conforme Normas da EBC;

7.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente

designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

7.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

7.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Distribuir a publicidade legal impressa ou eletrônica, de interesse do(a) CONTRATANTE, na forma da Lei e da legislação aplicável, observadas as disposições deste Projeto Básico e do Contrato;

8.2. Manter atualizado os canais de comunicação, em especial o sítio para inclusão das publicações;

8.3. Receber as matérias para a publicação, se encaminhada tempestivamente para publicação da matéria.

8.4. Deverá constar o logotipo do Governo das peças publicitárias elaboradas pela CONTRATANTE, respeitando-se o respectivo manual de utilização, editado pela Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República – SECOM.

8.5. Fazer a preparação do texto em padrão gráfico de formato a ser publicado, utilizando o menor espaço possível, com o "BRASÃO" e/ou Logotipo do CONTRATANTE.

8.6. Efetivar a republicação das matérias, sem ônus para a CONTRATANTE, quando ocorrer erro de sua parte.

8.7. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico;

8.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.9. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

8.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento pela distribuição da publicidade legal estabelecida neste Projeto Básico será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da entrega da Nota Fiscal pela CONTRATADA.

11.2. A Nota Fiscal será emitida pela CONTRATADA e encaminhada à CONTRATANTE após o recebimento do faturamento emitido pelo veículo de comunicação em que ocorreu a publicação, acompanhada de cópia do Pedido de Inserção - PI e dos comprovantes da referida publicação.

11.3. A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços executados, em nome da CONTRATADA, por meio de crédito na Conta Única do Tesouro Nacional, através de Guia de Recolhimento da União – GRU, conforme IN nº 02, de 22/05/2009, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

12. REAJUSTE E PREÇOS

12.1. Os preços e eventuais reajustes cobrados pela EBC são os praticados pelos veículos de comunicação, com descontos negociados que valem igualmente para todos os anunciantes da administração pública federal, independentemente do cliente, tamanho e volume dos anúncios.

12.2. A tabela com os valores encontra-se disponível para consulta pelo sítio eletrônico da contratada.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a CONTRATADA que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

13.1.5. cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

13.2.2. Multa de:

13.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.2.3. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.4 e 13.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. VALOR/CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado da contratação é o previsto abaixo:

OBJETO	VALOR ESTIMADO PARA DITEC (Vigência de 60 meses)	
	VALOR ANUAL	VALOR GLOBAL
	R\$ 9.339,96	R\$ 46.699,80
Serviços de distribuição de publicidade legal em jornal de grande circulação	Valor foi obtido pela média aritmética de todas as publicações feitas desde setembro de 2014, período inicial da contratação anterior, multiplicado por 12 (média de uma publicação por mês). Valor de R\$ 778,33 multiplicado pelo período de 12 meses.	Valor referente ao período de 60 meses, utilizando-se da mesma metodologia do cálculo do valor anual.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

Brasília, de de 2019.

BERILO DA PAZ CARVALHO E SILVA FILHO
Agente Administrativo

DESPACHO

1. Concordo com as justificativas e declarações exaradas neste Projeto Básico, devidamente motivado e em conformidade com art. 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
2. Aprovo este Projeto Básico tendo em vista o mesmo atender ao disposto na legislação, para contratação por inexigibilidade, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR
Diretor Técnico Científico
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **BERILO DA PAZ CARVALHO E SILVA FILHO, Agente Administrativo(a)**, em 10/09/2019, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Ordenador de Despesa**, em 10/09/2019, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12184546** e o código CRC **5DD18AC2**.